Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Demonstrações Contábeis e Relatório dos Auditores Independentes

31 de dezembro de 2025

bakertilly

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial

Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Conselheiros da
Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas, em especial a NBC ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, notadamente em observação à norma ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza Relevante Relacionada com a Continuidade Operacional

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP depende do recebimento de repasse de recursos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI) e outros Ministérios para a manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico – financeiro, consequentemente, esses eventos e condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvidas quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes atuando como Baker Tilly é um membro da rede global Baker Tilly International Ltd., cujos membros são pessoas jurídicas separadas e independentes.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, notadamente em observação à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

  Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2026

Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes
CRC-RJ 005.333/O-0



Sheila Conrado
Contadora - CRC-RJ 086.265/O-4

Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes atuando como Baker Tilly é um membro da rede global Baker Tilly International Ltd., cujos membros são pessoas jurídicas separadas e independentes.

Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes atuando como Baker Tilly é um membro da rede global Baker Tilly International Ltd., cujos membros são pessoas jurídicas separadas e independentes.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Balanço Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	885.104.688	800.395.110
Contas a receber	**5**	5.761.933	6.144.891
Depósito em garantia	**6**	1.259.431	1.641.799
Adiantamentos a terceiros	**7**	28.751.864	4.000.134
Créditos de funcionários	**-**	1.307.653	1.223.169
Despesas pagas antecipadamente	**-**	53.731	174.059
Impostos e contribuições a recuperar	**-**	14.859	11.579
		922.254.159	**813.590.741**
Não Circulante			
Despesas pagas antecipadamente	**-**	324.922	340.347
Depósitos judiciais	**8**	-	10.984.437
Direito de uso de arrendamento	**9**	-	1.317.506
Imobilizado	**10**	169.116.904	134.147.360
Intangível	**11**	40.411.465	44.112.971
		209.853.291	**190.902.621**
TOTAL DO ATIVO		**1.132.107.450**	**1.004.493.362**

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	**12**	36.250.707	37.304.616
Passivo de arrendamento	**13**	-	891.205
Obrigações fiscais	**14**	5.717.096	17.483.850
Obrigações sociais	**-**	4.456.475	3.520.720
Obrigações trabalhistas	**15**	16.158.457	13.149.619
Obrigações em circulação	**16**	845.351.719	775.044.462
Outras contas a pagar	**-**	535.210	285.890
		908.469.664	**847.680.362**
Não Circulante			
Provisão para riscos judiciais	**17**	73.481.504	49.674.132
Passivo de arrendamento	**13**	-	499.602
Obrigações em circulação	**16**	135.713.703	104.981.088
		209.195.207	**155.154.822**
Patrimônio Social			
Capital social		1.658.178	30.367.151
(Déficit)/superávit do exercício		12.784.401	(28.708.973)
		14.442.579	**1.658.178**
Total do PASSIVO		**1.132.107.450**	**1.004.493.362**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Demonstração dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receitas com restrição			
Receita do contrato de gestão	**16**	458.733.641	390.171.349
Receita de convênios	**19**	27.218.425	23.640.296
		485.952.066	413.811.645
Receitas sem restrição			
Receitas de prestação de serviços		40.769.883	33.865.455
Tributos sobre serviços prestados		(4.451.597)	(3.981.916)
	20	**36.318.286**	**29.883.539**
		522.270.352	**443.695.184**
(Despesas)/Receitas Operacionais			
Despesas com pessoal	**21**	(164.580.618)	(144.706.840)
Provisão de Férias		(11.459.311)	(9.356.996)
Provisão para riscos judiciais	**14/17**	(24.779.152)	(26.679.007)
Despesas gerais e administrativas	**22**	(363.254.592)	(316.622.064)
Despesas tributárias	**23**	(4.206.004)	(4.865.961)
Depreciação e amortização	**9/10/11**	(32.651.765)	(30.372.095)
Outras receitas (despesas) operacionais	**24**	15.391.013	3.826.128
		(585.540.429)	**(528.776.835)**
Despesas financeiras		(15.879.050)	(13.159.468)
Receitas financeiras		91.933.528	69.532.146
Resultado Financeiro Líquido	**25**	**76.054.478**	**56.372.678**
Total das Despesas/Receitas Operacionais		**(509.485.951)**	**(472.404.157)**
Superávit/Déficit do exercício		**12.784.401**	**(28.708.973)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

	Patrimônio Social	Superávit/Déficit Acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2023	**37.301.538**	**(6.934.387)**	**30.367.151**
Incorporação resultado ao patrimônio social	(6.934.387)	6.934.387	-
Déficit do exercício		(28.708.973)	(28.708.973)
Em 31 de dezembro de 2024	**30.367.151**	**(28.708.973)**	**1.658.178**
Incorporação resultado ao patrimônio social	(28.708.973)	28.708.973	-
Superávit do exercício		12.784.401	12.784.401
Em 31 de dezembro de 2025	**1.658.178**	**12.784.401**	**14.442.579**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Superávit/Déficit do exercício	12.784.401	(28.708.973)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**12.784.401**	**(28.708.973)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (Déficit) do exercício	12.784.401	(28.708.973)
Depreciação e amortização	31.788.589	29.432.179
Amortização de despesa antecipada	155.438	590.514
Juros incorridos sobre arrendamentos	64.834	148.589
Amortização do direito de uso dos arrendamentos	863.174	939.914
Constituição de provisão para riscos judiciais	24.779.152	22.687.217
Constituição/(reversão) de provisão para perda no ativo imobilizado/intangível	3.062.505	(293.616)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	1.233.380	1.246.922
	74.731.474	**26.042.746**
Aumento (redução) nos ativos operacionais		
Variação em clientes a receber	(850.422)	(1.546.419)
Variação em depósito em garantia (curto e longo prazo)	382.368	(552.021)
Variação em adiantamentos a terceiros	(24.751.730)	(1.412.147)
Variação em créditos de funcionários	(84.484)	(111.606)
Variação em despesas pagas antecipadamente (curto e longo prazo)	(19.685)	(159.297)
Variação em tributos e contribuições a recuperar	(3.280)	24.564
Variação em depósitos judiciais	10.984.437	(2.804.593)
	(14.342.796)	**(6.561.519)**
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Variação em fornecedores	(1.053.909)	8.031.028
Variação em obrigações fiscais	(11.766.754)	4.468.916
Variação em obrigações sociais	935.755	266.487
Variação em provisões trabalhistas	2.860.255	1.618.771
Variação em obrigações em circulação	101.039.872	111.375.752
Variação em contas a pagar	397.903	(317.651)
Variação em provisão para riscos judiciais	(971.780)	(300.621)
	91.441.342	**125.142.683**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**151.830.020**	**144.623.910**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições de imobilizado e intangível	(66.767.908)	(31.237.155)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	724.219	28.570
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(66.043.689)**	**(31.237.155)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Remesuração de passivo de leasing	(168.786)	(162.674)
Pagamento de passivo de arrendamento	(907.967)	(1.050.302)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**(1.076.473)**	**(1.212.976)**
Aumento líquido do caixa e equivalente de caixa	**84.709.578**	**112.202.348**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**800.395.110**	**688.192.762**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**885.104.688**	**800.395.110**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**84.709.578**	**112.202.348**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais)

1. Informações sobre a entidade

A Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP (Associação e/ou Entidade), localizada na Rua Lauro Muller 116, sala 1.103, Botafogo - Rio de Janeiro – RJ, foi qualificada como Organização Social por meio do Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002. Tem como finalidade o desenvolvimento tecnológico da área de redes e suas aplicações, com o foco orientado para a educação, a pesquisa e a inovação. Para isso, cria e desenvolve redes de colaboração e comunicação de alto desempenho no país e em interconexão global, soluções e serviços digitais seguras, aplicações inovadoras e experimentais e realiza a qualificação de competências nessas tecnologias emergentes.

As atividades desenvolvidas pela RNP estão vinculadas a metas e prazos pactuados e descritos no Contrato de Gestão firmado, originalmente em 26 de março de 2002, entre Associação e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Esse instrumento de parceria e fomento de resultados plurianuais é mantido com recursos do MCTI em conjunto com outros ministérios intervenientes ao Contrato de Gestão, como Educação (MEC), além de outros órgãos, interessados nos objetivos estratégicos contratualizados e na participação no Sistema RNP, por meio do Programa Interministerial RNP (PRORNP), criado em 1999.

O Sistema RNP é atualmente composto por 800 organizações usuárias, cerca de 4 milhões de alunos, professores e pesquisadores, 1.500 campi de universidades, institutos públicos e privados, unidades de pesquisa, museus, hospitais universitários, além de grandes projetos de ciência, ambientes de inovação e redes de colaboração temáticas. Essa comunidade conta com uma plataforma digital para educação, pesquisa e inovação, onde são construídos e consumidos serviços nacionais e internacionais. Essa plataforma de serviços digitais está baseada em uma ciberinfraestrutura nacional de alto desempenho, capaz de coordenar comunicação, computação e armazenamento para a pesquisa e o ensino no Brasil. Por suas caraterísticas e requisitos, atende aos projetos que possuem alta demanda de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em áreas como astronomia, biodiversidade, saúde, clima e física, entre outras. O Sistema RNP também abriga e sustenta distintas redes de colaboração para educação continuada, qualificação de recursos humanos e desenvolvimento de políticas públicas.

Em 2 de agosto de 2021, a RNP e o MCTI firmaram o Contrato de Gestão 2021-2030, com a interveniência do MEC além de outros. Este é o quarto ciclo plurianual de fomento ao Sistema RNP para o desenvolvimento e qualificação da ciberinfraestrutura nacional, seus serviços digitais e recursos humanos altamente qualificados, que constituem um bem público para milhares de organizações usuárias, integradas globalmente, com redes de educação e pesquisa e fluxos de conhecimento.

A RNP depende do recebimento de repasse de recursos de fomento do PRORNP, especialmente MCTI e MEC, para manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro. Em virtude da natureza das operações da Organização, da vigência do Contrato de Gestão e da conformidade com os termos deste novo contrato, a Administração da RNP entende que os recursos previstos e necessários serão disponibilizados à Organização na forma esperada.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da RNP são de responsabilidade de sua Administração e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos - Resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros). Naqueles aspectos não abordados por esta ITG, foram aplicadas as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis completos.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas formas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, também com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Não existem transações de gratuidade concedidas e serviços voluntários obtidos nas operações realizadas pela Entidade nos exercícios apresentados.

As demonstrações contábeis da RNP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para emissão por seu Diretor Geral 04 de março de 2026.

3. Apresentação das demonstrações contábeis e políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

As políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico.

3.3. Sumário das principais políticas contábeis

a) Apuração do resultado

A receita apropriada pelo regime de competência é reconhecida na extensão em que são incorridas as despesas relacionadas aos projetos executados, e as receitas advindas de outros convênios, contratos e prestação de serviços, geridas pela RNP, são contabilizadas no momento do seu recebimento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, referentes à caixa, bancos e aplicações financeiras em títulos de renda fixa com disponibilidade imediata e são utilizados pela Entidade no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo por meio do resultado que se equipara ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento do exercício.

c) Contas a receber e perda estimada para crédito de liquidação duvidosa - PECLD

São registradas inicialmente pelo valor nominal dos títulos, visto que não possuem componente de financiamento significativo. Em conformidade com a NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros, a Entidade adota o modelo de 'perdas de crédito esperadas' para a mensuração da recuperabilidade desses ativos. Foi aplicada a abordagem simplificada, na qual a estimativa de perda considera o risco de inadimplência durante toda a vida do instrumento, conjugando o histórico operacional com a análise prospectiva da conjuntura econômica.

d) Imobilizado

Está registrado ao custo, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota explicativa 10, que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens. A Administração da RNP não identificou indícios de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

Um item de imobilizado é baixado quando doado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado em relação ao seu uso ou à sua venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração de superávit/déficit no período em que o ativo for baixado.

A provisão para perdas por não recuperabilidade (*impairment*) do ativo imobilizado é reconhecida anualmente, fundamentada na reconciliação do inventário físico. A mensuração baseia-se na análise individual da existência física e condição de uso dos bens. São provisionados integralmente os itens classificados não informado, não localizado, irrecuperável, obsoleto para o projeto, recuperável e em branco.

e) Contratos de arrendamento – CPC 06

No início do contrato, a Entidade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente. O passivo é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa incremental de empréstimo da Entidade, uma vez que a taxa implícita nos contratos não é prontamente determinável. A taxa incremental reflete o custo que a Entidade teria para tomar emprestado recursos necessários em condições, prazos e garantia semelhantes.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente ao longo do prazo do arrendamento. O passivo é remensurado caso ocorram alterações nos fluxos de caixa futuros. A Entidade optou por utilizar as isenções práticas permitidas pela norma, não aplicando os requisitos de reconhecimento para arrendamentos de curto prazo (até 12 meses) e de ativos de baixo valor. Para estes, os pagamentos são reconhecidos como despesa linear no resultado.

Julgamentos e Estimativas: A carteira de arrendamentos é composta substancialmente por imóveis. Na mensuração, a Administração considera: i) A estimativa do prazo do arrendamento, incluindo períodos de renovação quando o exercício da opção é razoavelmente certo; ii) A análise detalhada da natureza contratual; e iii) As premissas macroeconômicas e operacionais para definição da taxa incremental adequada."

f) Intangível

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. A metodologia para avaliação da recuperabilidade desses ativos segue as mesmas premissas e critérios adotados para o Ativo Imobilizado, conforme descrito na Nota Explicativa d.

g) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a RNP tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que seja requerida uma estimativa confiável do valor da obrigação para que a mesma possa ser liquidada. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração de déficits e superávits, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Entidade é parte em processos judiciais e administrativos; portanto, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e quando uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências aplicáveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

h) Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

A Entidade reconhece um ativo financeiro no seu balanço patrimonial, quando, e apenas quando, a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Entidade avalia na data das demonstrações contábeis se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Entidade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e incluem contas a pagar a fornecedores.

Instrumentos derivativos

A Entidade não possuiu em 31 de dezembro de 2025 e 2024 nenhum instrumento derivativo de qualquer natureza em aberto. A Entidade, também não realizou durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024 nenhuma transação com instrumento financeiro derivativo de qualquer natureza.

i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seu benefício econômico futuro seja gerado em favor da Entidade e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

j) Tributação

A Entidade é uma associação civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social nos termos da Lei nº 9.637/98. Em virtude de suas finalidades estatutárias voltadas ao desenvolvimento tecnológico e pesquisa, goza de isenção tributária em relação ao Imposto de Renda (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), desde que cumpridos os requisitos estabelecidos na legislação vigente (Lei nº 9.532/97).

PIS e COFINS

As receitas decorrentes de subvenção governamental e repasses para execução do Contrato de Gestão não sofrem incidência de PIS e COFINS, visto que possuem natureza de ingresso de recursos públicos para custeio de atividades e projetos, não caracterizando receita de prestação de serviços ou venda de mercadorias.

Para as demais receitas, oriundas de prestação de serviços a terceiros, a Entidade apura os tributos incidentes conforme as alíquotas vigentes:

Imposto sobre Serviços – ISS	5,00%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	7,60%

Adicionalmente, a Entidade recolhe a contribuição para o PIS incidente sobre a folha de pagamento mensal, calculada mediante a aplicação da alíquota de 1% (um por cento).

k) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos – Resolução CFC nº 1.409/12 (ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros). Naqueles aspectos não abordados por esta ITG, foram aplicadas as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis completos.

3.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

O processo de elaboração das demonstrações contábeis, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicadas a entidades sem fins lucrativos, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações contábeis e nas suas notas explicativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado e do intangível, assim como da provisão para riscos judiciais. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A Entidade revisa suas estimativas e premissas anualmente.

4. Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa pequeno – RNP	8.894	3.072
Banco conta movimento - Contrato de Gestão (a)	40.131.679	20.882.486
Banco conta movimento – Associação	13.519.315	7.674.899
	53.659.888	**28.560.458**
Aplicações financeiras - Contrato de Gestão (a)	669.648.409	629.293.450
Aplicações financeiras – Associação	161.796.391	142.541.203
	831.444.800	**771.834.653**
	885.104.688	**800.395.110**

(a) Os recursos vinculados ao Contrato de Gestão, mantidos em depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, são classificados como 'Caixa e Equivalentes de Caixa'. Essa classificação fundamenta-se na liquidez imediata desses ativos e no risco insignificante de mudança de valor, sendo destinados ao cumprimento dos compromissos de curto prazo dos projetos e à manutenção operacional da Entidade.
As aplicações financeiras referem-se a títulos de renda fixa custodiados em instituições financeiras de primeira linha (Banco do Brasil, Itaú e XP Investimentos), com remuneração atrelada ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), apresentando rendimento médio histórico de 90% do indexador.

5. Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes	5.627.521	5.583.810
Duplicatas a receber	1.367.791	1.808.003
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(1.233.379)	(1.246.922)
	5.761.933	**6.144.891**

A conta de “Clientes” refere-se às emissões de notas fiscais eletrônicas de prestação de serviços e a conta “Duplicatas a receber” refere-se às faturas emitidas de receitas provenientes de cooperação técnica, convênios e patrocínios.

A composição das contas a receber de clientes por idade de vencimento é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	353.967	4.493.799
Vencidas há 30 dias	2.920.684	170.965
Vencidas de 31 a 60 dias	1.341.863	384.422
Vencidas de 61 a 180 dias	1.145.418	1.095.704
Vencidas há mais de 180 dias	1.233.379	1.246.922
	6.995.311	**7.391.813**

A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foi como segue:

	2025	2024
Saldo em 01 de janeiro	(1.246.922)	(279.996)
(+) Adições	1.233.379	1.246.922
(-) Baixas	1.246.922	279.996
Saldo em 31 de dezembro	**(1.233.379)**	**(1.246.922)**

A provisão para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é constituída com base na análise individual dos títulos vencidos. O critério adotado pela Administração considera como de liquidação duvidosa os créditos em atraso superior a 180 dias na data-base de 31 de dezembro de 2025.

Em atendimento a essa política, o saldo da provisão em 31/12/2025 totaliza R$ 1.233.379, composto por:

- Clientes a Receber: R$ 608.697; e
- Outros Créditos a Receber: R$ 624.682.

6. Depósito em garantia (circulante)

	31/12/2025	31/12/2024
INMETRO	20.666	20.266
CAPES	344.653	789.971
PA EMP RIO	868.758	831.562
MINISTERIO DA CULTURA	25.354	
	1.259.431	**1.641.799**
Circulante	1.259.431	1.641.799

A Entidade possui contratos firmados com clientes e fornecedores (contrato de locação) que exigem obrigações, através da constituição de uma garantia bancária. O montante de R$ 868.758 constituído em 2023 contrato 96-2/748-3 e em 2024 contrato e 97-0/749-1, duas garantias já em processo de devolução

7. Adiantamentos a terceiros

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a fornecedores	2.913.567	1.455.288
Importação em andamento (a)	25.836.163	2.454.124
Adiantamentos diversos	2.134	90.722
	28.751.864	**4.000.134**

(a) Valor referente a importações em andamento associadas a diversos projetos. O montante/ variação compreende os valores adiantados em garantia de contrato de câmbio para aquisição dos equipamentos e execução dos respectivos projetos.

8. Depósitos judiciais

	Quantidade	31/12/2025	31/12/2024
Processo RFB (a)	1	-	498.765
Processo RFB – PIS/COFINS (b)	1	-	10.396.355
Processo RFB (c)	1	-	89.317
		-	**10.984.437**

(a) Referia-se a uma ação ordinária com origem no ano de 2013 visando a obtenção de provimento judicial para reconhecer a improcedência da cobrança de IRRF sobre rendimentos financeiros que era pretendida pela Fazenda Nacional. Atualmente, a Entidade não possui práticas relacionada ao tema. Causa ganha.

(b) A partir de 01 de julho de 2015, as alíquotas do PIS e COFINS sobre receitas financeiras, inclusive as decorrentes de operações realizadas para fins de *hedge*, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, passaram a ser de 0,65% e 4%, respectivamente. A RNP estava recolhendo judicialmente o valor correspondente ao pagamento da COFINS, pois entendia que essa cobrança era indevida, dado que a origem do valor aplicado era isenta de tributação, logo, seus rendimentos também deveriam ser. Essa causa foi ganha e o valor atualizado foi recebido pela RNP em dezembro de 2025.

(c) Refere-se ao Processo Administrativo nº 19482-720.054/2020-08, instaurado em 2020 mediante Auto de Infração para aplicação de multa (art. 33 da Lei nº 11.488/2007) sobre a importação de equipamentos (DI nº 20/1023656-3). A defesa administrativa demonstrou a inexistência de infração punível com perdimento, o que resultou na improcedência do auto. Em novembro de 2025, com o trânsito em julgado administrativo favorável à Entidade, o valor depositado em garantia foi levantado, devidamente atualizado, encerrando-se o litígio

9. Direito de uso de arrendamento

Durante o exercício de 2025, a Entidade manteve contratos de arrendamento financeiro (NBC TG 06) referentes a salas comerciais, espaços de armazenagem e equipamentos. Esses contratos foram integralmente baixados ao longo do ano, em decorrência da devolução dos imóveis e/ou término da vigência contratual.

Até a data da baixa, os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento foram mensurados e atualizados conforme as taxas contratuais (Selic média de 6,24% a.a. para contratos antigos e INCC-M acumulado de 9,40% a.a. para o contrato Embrapa-Campinas).

Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade não possui saldos remanescentes de arrendamento a pagar ou direito de uso a amortizar. A movimentação ocorrida no exercício, demonstrando a liquidação total, segue abaixo:

	2025	2024
Saldo em 01 de janeiro	**1.317.506**	**2.509.566**
Adição/remensuração	(378.888)	(252.146)
Baixas	(75.444)	-
Depreciação	(863.174)	(939.914)
Saldo em 31 de dezembro	**-**	**1.317.506**

10. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2024	Custo		Depreciação		31/12/2025
			Aquisições	Baixas	Adições	Baixas	
Equipamentos de computação	20%	42.120.275	59.013.269	(8.749.709)	(21.761.109)	8.726.311	79.349.037
Máquinas e equipamentos	10%	19.697.754	3.509.343	(225.141)	(1.716.766)	195.053	21.460.242
Móveis e utensílios	10%	4.979.063	2.336.105	(505.442)	(852.343)	500.029	6.457.413
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	148.518	-	-	(22.603)	-	125.915
Cabos de fibra ótica	5%	69.436.990	2.174.489	-	(4.027.757)	-	67.583.722
Instalação	10%	273.122	-	-	(43.458)	-	229.663
Equipamento-leasing		465.897	-	-	(208.093)	-	257.804
Construções em andamento		265.298	(265.298)	-	-	-	-
Provisão para perda no ativo (a)		(3.239.555)	(3.287.090)	179.753	-	-	(6.346.892)
		134.147.360	**63.480.818**	**(9.300.539)**	**(28.632.129)**	**9.421.393**	**169.116.904**

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2023	Custo		Depreciação		31/12/2024
			Aquisições	Baixas	Adições	Baixas	
Equipamentos de computação	20%	46.378.633	15.564.041	(3.602.794)	(19.818.817)	3.599.213	42.120.275
Máquinas e equipamentos	10%	9.718.410	10.999.920	(287.412)	(1.017.672)	284.507	19.697.754
Móveis e utensílios	10%	5.113.709	641.212	(197.746)	(753.775)	175.662	4.979.063
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	171.120	-	-	(22.603)	-	148.518
Cabos de fibra ótica	5%	69.344.027	3.985.398	-	(3.892.436)	-	69.436.990
Instalação	10%	316.580	-	-	(43.458)	-	273.122
Equipamento-leasing		673.990	-	-	(208.093)	-	465.897
Construções em andamento		265.298	-	-	-	-	265.298
Provisão para perda no ativo (a)		(3.533.170)	(89.033)	382.649	-	-	(3.239.555)
		128.448.597	**31.101.537**	**(3.705.302)**	**(25.756.854)**	**4.059.380**	**134.147.360**

(a) Com relação a provisão para perda, foi estimada com base no inventário realizado no ano vigente, descontando as baixas ocorridas em 2025. Dessa forma, a segregação dos valores por status dos

bens está descrita abaixo:

Classificação do bem	31/12/2025	31/12/2024
Não informado	**5.558.493**	2.650.136
Não localizado	**642.996**	492.536
Irrecuperável	**25.440**	31.921
Obsoleto para o projeto	**91.102**	36.100
Recuperável	**28.862**	28.862
Total geral	**6.346.892**	**3.239.555**

No quadro abaixo demonstramos a movimentação da provisão para perda do imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

	2025	2024
Saldo em 01 de janeiro	**(3.239.554)**	**(3.533.170)**
(-) Bens baixados no exercício (a)	179.752	382.649
(+) Bens que ingressaram na provisão no exercício (b)	(3.287.090)	(89.033)
Saldo em 31 de dezembro	**(6.346.892)**	**(3.239.554)**

(a) Bens que estavam compondo o valor da provisão para perda do imobilizado e foram baixados ao longo do ano de 2025.

(b) Bens que em 2024 não faziam parte da provisão e em 2025 ingressaram na composição (devido a mudança de status). A mudança ocorreu após o inventario realizado em 2025.

11. Intangível

	Taxas anuais de amortização		Custo		Amortização		
		31/12/2024	Aquisições	Baixas	Amortização	Baixas	31/12/2025
Sistema aplicativo software	20%	2.113.786	-	(4.160.469)	(1.260.957)	3.570.593	262.953
Direito cessão de uso	4%	42.093.010	-	-	(1.895.506)	-	40.197.504
Provisão perda no ativo		(93.825)	-	44.832	-	-	(48.993)
		44.112.971	**-**	**(4.115.637)**	**(3.156.462)**	**3.570.593**	**40.411.465**

som

	Taxas anuais de amortização		Custo		Amortização		
		31/12/2023	Aquisições	Baixas	Amortização	Baixas	31/12/2024
Sistema aplicativo software	20%	3.847.022	46.586	(46.930)	(1.779.821)	46.930	2.113.786
Direito cessão de uso	4%	43.988.516	-	-	(1.895.506)	-	42.093.010
Provisão perda no ativo		(93.825)	-	-	-	-	(93.825)
		47.741.713	**46.586**	**(46.930)**	**(3.675.327)**	**46.930**	**44.112.971**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a despesa com amortização de Sistemas de Software totalizou R$ 1.260.957 (2024: R$ 1.779.821). Adicionalmente, foi reconhecida a amortização referente ao Projeto BELLA no montante de R$ 1.895.506 (2024: R$ 1.895.506), totalizando R$ 3.156.463 registrados no resultado do exercício.

Com relação a provisão para perda, foi estimada com base no inventário realizado no ano vigente, descontando as baixas ocorridas em 2025. Dessa forma, a segregação dos valores por status dos bens está descrita abaixo

Classificação do bem	31/12/2025	31/12/2024
Não informado	48.993	93.825
Total geral	**48.993**	**93.825**

12. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores telecomunicações	6.163.092	8.719.727
Fornecedores não telecomunicações	30.087.615	28.584.889
	36.250.707	**37.304.616**

A rubrica Fornecedores Telecom registra as obrigações decorrentes de serviços de telecomunicações contratados. A conta Fornecedores Não Telecom compreende os demais prestadores de serviços, compostos substancialmente por: assessoria e consultoria (geral e em tecnologia da informação) e mão de obra terceirizada.

A variação no saldo de Fornecedores Não Telecom decorre da intensificação na execução dos projetos da RNP, o que demandou maior volume de contratações de serviços especializados no período.

13. Passivo de arrendamento

	31/12/2025	31/12/2024
Principal	-	961.497
Encargos financeiros a apropriar	-	(70.291)
Leasing a pagar	-	-
Circulante	**-**	**891.205**
Principal	-	511.122
Encargos financeiros a apropriar	-	(11.520)
Leasing a pagar	-	-
Não circulante	**-**	**499.602**
	-	**1.390.807**

Em Campinas, ocorreu o distrato do contrato em decorrência da mudança do escritório, e no Rio de Janeiro, referente às salas 1101 a 1104, houve encerramento da vigência anterior com continuidade da ocupação por meio de novo contrato.

14. Obrigações fiscais

	31/12/2025	31/12/2024
ISS a recolher	646.907	336.892
IRRF a recolher	3.402.051	2.838.639
CSL/COFINS/PIS COD. 5952	972.684	624.838
COFINS s/ prestação de serviços	693.524	368.533
COFINS S/ RECEITA FINANCEIRA (a)	-	13.314.898
COFINS A RECOLHER COD. 5960	1.926	50
PIS A RECOLHER - 5979	5	-
	5.717.096	**17.483.850**

(a) Refere-se à discussão judicial sobre a incidência de COFINS nas receitas financeiras (Processo nº 0104112-26.2015.4.02.5101). Historicamente, a Entidade manteve o passivo (obrigação legal) e o ativo (depósito judicial) registrados. Em 2025, com o trânsito em julgado favorável à RNP, o processo foi extinto. Consequentemente, procedeu-se à reversão da provisão para contingência e ao levantamento do depósito judicial atualizado, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 8(b).

15. Obrigações trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Férias	11.992.421	9.849.907
INSS sobre férias	3.058.063	2.511.723
FGTS sobre férias	959.389	787.989
Outros	-	-
	16.009.874	**13.149.619**

16. Obrigações em circulação

	31/12/2025	31/12/2024
Contrato de Gestão - MCTI (**a**)	877.685.229	798.102.309
Finep - Cloudlab (**a**)	328.682	328.682
	878.013.910	**798.430.991**
Recursos de Projetos Incentivados (b)		
Projeto Frida	-	44.939
CONVENIO PEDRO II	-	4.464
MCTI, RNP, FINATEL E CPQD PROJ 6G	17.706.678	13.252.265
OPEN RAN (**c**)	45.749.200	47.505.989
PETROBRAS	1.505.136	1.638.472
HACKERS DO BEM	10.106.943	10.990.279
FUNDACAO RENOVA (ASS)	-	1.893.490
VISAO 5G FINEP	936.994	1.517.116
RNP - ILIADA	6.562.785	4.747.546
PROJETO RNP - UNEB	715.809	-
PROJETO RNP - COLABORACAO S DIGITAL	670.888	-
PROJETO RNP - ADAPTABRASIL (ASS)	299.941	-
PROJETO RNP - PETROBRAS REPESQ	4.157.720	-
PROJETO RNP - DABD-SAUDE	14.639.418	-
	103.051.512	**81.594.559**
	981.065.422	**880.025.550**

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	845.351.719	775.044.462
Não circulante	135.713.703	104.981.088
	981.065.422	**880.025.550**

a) O Contrato de Gestão da RNP é o instrumento pelo qual o(s) contratante(s), ou seja, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), os intervenientes ministérios, da Educação (MEC), além de outros órgãos participantes do Programa Interministerial RNP (PRORNP) faz os repasses de recursos para o atendimento ao plano de trabalho da RNP. As entradas dos recursos do Contrato de Gestão, bem como os recursos dos convênios FINEP, são registrados na conta de Obrigações em Circulação, tendo em vista a verdadeira realização das receitas ocorrer no momento de realização dos projetos e não no momento de entrada no caixa da Organização. A medida em que os projetos correlatos são executados, as obrigações em circulação são baixadas e a respectiva receita é apropriada ao resultado do exercício.

Com base nos aditivos ao Contrato de Gestão já pactuados, a RNP recebeu em 2025 o valor total de R$ 538.181.236, conforme segue:

b) O montante registrado nessa rubrica corresponde aos valores recebidos antecipadamente a título de patrocínios, convênios ou acordos para execução de projetos específicos. À medida que os

gastos são incorridos, estes são contabilizados no resultado do exercício e a receita correspondente é reconhecida no mesmo montante.

c) O projeto OPEN RAN tem como objetivo a pesquisa e o desenvolvimento de software para a construção de uma plataforma de código aberto para o controle e gerenciamento de infraestruturas de rede programáveis compostas por equipamentos abertos e desagregados, ou seja, construídos a partir da integração de múltiplos componentes fornecidos por diferentes fabricantes de hardware e software. O software a ser desenvolvido neste projeto consiste em controladores, orquestradores, funções e serviços de rede envolvendo o uso de virtualização, computação e armazenamento em nuvem e inteligência artificial.

Além disso, o projeto tem como objetivo prover um ambiente de testes (testbed) a nível nacional, envolvendo tais tecnologias, para o uso pela academia, indústria e prestadores de serviços de comunicação.

Entradas TA - 2025

	Termo	R$
22º TA	Programa Conecta (FNDCT)	30.200.000
23º TA	Fomento - Custeio MEC	80.180.665
23º TA	Fomento - Custeio MEC	28.840.335
23º TA	Programa CAPES 2024	6.413.000
23º TA	Programa EBSERH 2024	12.826.000
23º TA	Plano Nacional do Livro Didático Digital 2024	5.000.000
23º TA	Programa Transformação Digital das IES 2024	20.000.000
24º TA	Programa RGHU/EBSERH (Suplementação – Meta 5)	2.500.000
24º TA	PNLD DIGITAL	15.000.000
24º TA	Programa de Modernização em Nuvem de Aplicações e Dados Educacionais	6.976.675
24º TA	Programa Prospecção e implantação de soluções de dados para educação	10.000.000
24º TA	Projeto Web Supervisão 2024	306.328
25º TA	Infraestrutura de Rede Avançada MD 2024 - Fase 7	429.685
25º TA	Infraestrutura de Rede Avançada SGB/CPRM 2024	2.100.000
25º TA	Soluções para preservação e disseminação de acervo da EBC 2024	748.548
26º TA	Programa Conecta (FNDCT)	139.300.000
26º TA	Programa Conecta (FNDCT)	5.000.000
27º TA	Fomento - Custeio MEC	109.021.000
27º TA	Programa CAPES 2025	6.413.000
27º TA	Programa EBSERH 2025	12.826.000
28º TA	TV 3.0	12.000.000
28º TA	Infovias Transfronteiriças	6.500.000
30º TA	CAPES 2025 (suplementação)	3.500.000
30º TA	Prospecção e implantação de soluções de dados para educação - INEP	10.000.000
31º TA	SOS Clima Brasil	10.100.000
31º TA	Infraestrutura de Rede Avançada SGB/CPRM 2025	2.000.000
		538.181.236

No demonstrativo a seguir apresentamos a movimentação da conta de obrigação em circulação:

	2025	2024
Saldo inicial em 01 de janeiro	**798.430.991**	**733.736.852**
Ingresso de recursos do contrato de gestão	538.181.236	455.417.416
Despesas executadas no exercício - contrato de gestão	(458.733.641)	(390.171.349)
Devolução de recursos - TA	135.324	(551.928)
Saldo final em 31 de dezembro	**878.013.910**	**798.430.991**

Em 31 de dezembro de 2025 alguns recursos permaneceram pendentes de repasse, conforme a seguir:

TERMO	AÇÃO	R$
22º TA	Programa Conecta (FNDCT)	29.884.636
28º TA	Fomento MCTI 2025 **(d)**	26.000.000
28º TA	Projeto de Adequação do MCTI à LGPD **(d)**	693.274
29º TA	Saúde Digital Fase 3	2.000.000
29º TA	e-GENOMAS	4.418.741
29º TA	Projeto Soluções Digitais UNA-SUS	1.335.610
31º TA	Projeto Terra Brasil	44.000.000
31º TA	Programa TV 3.0	11.000.000
	Total	**119.332.261**

d) No dia 2 de janeiro de 2026, foram recebidos os recursos referentes ao 28º Termo Aditivo, totalizando R$ 20.042.692 destinados ao Fomento MCTI 2025 e R$ 693.275 destinados ao Projeto de Adequação do MCT à LGPD.

17. Provisão para riscos judiciais

17.1 Contingências classificadas como prováveis:

A Entidade é parte em processos judiciais ou em riscos potenciais que, na avaliação dos consultores jurídicos, levando em consideração experiências com naturezas semelhantes, foram classificadas como de risco provável de perda.

A Administração entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes para preservar o seu patrimônio, registrando o reconhecimento de provisões para perdas prováveis de processos judiciais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, de acordo com os valores abaixo discriminados:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas (processos judiciais)	247.320	248.676
Cíveis	2.383.200	2.831.912
Trabalhistas (terceirização)	70.850.984	46.593.544
	73.481.504	**49.674.132**

A movimentação da provisão para riscos judiciais ocorreu conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2025	2024
Saldo em 01 de janeiro	**49.674.132**	**27.173.251**
(+) Constituição de provisão	24.813.894	24.424.030
(-) Reversão de provisão	(34.742)	(1.736.813)
(-) Pagamentos	(971.780)	(186.336)
Saldo em 31 de dezembro	**73.481.504**	**49.674.132**

17.2 Contingências classificadas como possíveis:

Adicionalmente, a Entidade tem ações de naturezas tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para os quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Quantidade	2025	Quantidade	2024
Trabalhista	3	6.272.272	6	531.264
Tributária	1	1.000	4	3.659.484
	11	**9.843.593**	**10**	**4.190.747**

18. Patrimônio Líquido

(a) Patrimônio Social

O patrimônio social é constituído pelas dotações iniciais concedidas/cedidas pelos fundadores e adicionados pelo superávit ou déficit apurados em cada exercício social.

(b) Superávits/Déficits acumulados

O valor do superávit ou déficit é incorporado ao Patrimônio Social no exercício subsequente.

19. Receita de convênios

	31/12/2025	31/12/2024
AGÊNCIA ESTADUAL DE METROLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL	21.350	21.350
ASSOCIACAO DAS PIONEIRAS SOCIAIS - HOSPITAL SARAH KUBITSCHEK	143.350	143.350
ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	36.600	36.600
ASSOCIACAO HOSPITALAR DE PROTECAO A INFANCIA DR. RAUL CARNEIRO	30.500	30.500
ASSOCIACAO HOSPITALAR MOINHOS DE VENTO	30.500	30.500
ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA	61.000	122.005
CENTRO UNIVERSITARIO JORGE AMADO	30.500	30.500
CENTRO UNIVERSITARIO SENAC-RS	30.500	30.500
CENTRO UNIVERSITARIO TABOSA DE ALMEIDA ASCES-UNITA	30.500	33.042
CENTRO UNIVERSITARIO UNIDOMPEDRO	10.167	30.500
CESED - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR E DE DESENVOLVIMENTOLTDA	30.500	30.500
COLEGIO PEDRO II	4.464	380.266
ESCOLA DE SAUDE E FORMACAO COMPLEMENTAR DO EXERCITO	7.125	58.375
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	30.500	45.750
FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS EDUCACIONAIS	30.500	30.500
FUNDACAO BAHIANA PARA DESENVOLVIMENTO DAS CIENCIAS	39.650	39.650
FUNDACAO CENTROS DE REFERENCIA EM TECNOLOGIAS INOVADORAS	3.050	3.050
FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO PIAUI / FAPEPI	248.400	248.400
FUNDACAO DE EMPREENDIMENTOS CIENTIFICOS E TECNOLOGICOS / FINATEC	-	280.800
FUNDACAO JOSE SILVEIRA	27.958	33.042
FUNDACAO LUSIADA	17.792	30.500
FUNDACAO NORTE-RIO-GRANDENSE DE PESQUISA E CULTURA	30.500	30.500
FUNDACAO OSWALDO CRUZ	586.464	586.464
FUNDACAO RENOVA	3.598.566	3.036.544
FUNDACAO VALEPARAIBANA DE ENSINO	36.600	36.600
GLOBAL BIODIVERSI	37.837	21.542
GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO - GHC	-	9.150
HACKERS DO BEM	9.369.585	7.428.278
HOSPITAL SAO RAFAEL S.A	9.150	9.150
INSPER INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA	30.500	30.500
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGETICAS E NUCLEARES	18.300	36.600
INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLOGICAS DO ESTADO DE SAO PAULO	18.300	36.600
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS	6.549	6.549
INSTITUTO MANTENEDOR DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL	30.500	30.500
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - XEREM	233.370	233.370
NUCLEO DE INFORMACAO E COORDENACAO DO PONTO BR	392.000	-
OPEN RAN	1.756.789	6.011.763
OUTROS	1.612.512	301.571
PETROBAS	133.336	248.449
PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATOLICA DO RIO DE JANEIRO	36.600	36.600
PROJETO 5G IN A BOX	-	61.957
PROJETO ADAPTABRASIL	340.884	-
PROJETO BRASIL 6G	3.942.985	747.694
PROJETO COLAB DIGITAL	117.280	-
PROJETO ILIADA	2.680.683	826.228
PROJETO PETROBRAS REPESQ	155.143	-

PROJETO UNEB	119.391	-
PROJETO VISAO 4G FINEP	542.415	116.290
SANTA CASA DE MISERICORDIA DA BAHIA	30.500	30.500
SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, DA TECNOLOGIA E DA INOVACAO DO ESTADO ALAGOAS	76.000	76.000
SECRETARIA DE ESTADO DE CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	10.500	10.500
SECRETARIA ESTADUAL DE SAUDE DE PERNAMBUCO	54.800	54.800
SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	3.050	3.050
SISTEMA DE TECNOLOGIA E MONITORAMENTO AMBIENTAL DO PARANA	30.500	30.500
UNIVERSIDADE CATOLICA DE PERNAMBUCO	60.400	60.400
UNIVERSIDADE CATOLICA DO SALVADOR	46.230	48.770
UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	24.400	24.400
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	73.200	33.550
UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL	30.500	61.000
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	-	806.400
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	61.000	122.000
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARA	6.100	6.100
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS	61.000	61.000
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIENCIAS DA SAUDE DE ALAGOAS	61.000	122.000
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS	42.700	61.000
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	61.000	61.000
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	61.000	122.000
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHAO	61.000	61.000
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANA	61.000	61.000
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	36.600	36.600
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO	600	36.600
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	-	6.549
UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA	61.000	71.000
	-	-
	27.218.425	**23.640.296**

Os recursos provenientes de convênios destinam-se à complementação das atividades da RNP, permitindo a expansão de projetos, a oferta de serviços de conectividade e a melhoria da infraestrutura de rede para novas instituições. A captação via convênios tem por objetivo estratégico reduzir a concentração de receitas no Contrato de Gestão, promovendo maior autonomia financeira e operacional.

20. Receita de prestação de serviço

	31/12/2025	31/12/2024
Recursos (a)	36.657.526	29.465.843
Outras receitas (b)	4.112.357	4.399.611
	40.769.883	**33.865.455**
Tributos sobre serviços prestados		
ISS	(1.405.307)	(1.232.034)
COFINS	(3.046.290)	(2.749.881)
	(4.451.597)	**(3.981.916)**
	36.318.286	**29.883.539**

(a) A rubrica Receita de Recursos abrange os ingressos decorrentes de Acordos de Cooperação Técnica. Estes instrumentos jurídicos, formalizados entre a Entidade e órgãos da Administração Pública (ou outras entidades sem fins lucrativos), têm por objeto a cooperação mútua para a execução de programas de trabalho, projetos e eventos de interesse recíproco.

(b) A rubrica "Outras Receitas" é composta, substancialmente, pelas receitas de contratos diversos, receitas da ESR (Escola Superior de Redes) e pela reversão de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD).

21. Despesas com pessoal

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e ordenados (a)	(83.954.517)	(71.406.492)
INSS	(25.580.929)	(21.896.248)
Assistência médica	(6.154.254)	(5.997.534)
FGTS	(8.804.328)	(7.393.251)
13º salário	(7.765.379)	(6.601.447)
Auxílio alimentação/refeição	(5.924.937)	(5.797.856)
Horas extras	(1.631.943)	(1.597.369)
Férias indenizadas	(373.182)	(351.368)
PIS s/ folha de pagamento	(1.000.423)	(859.269)
Estagiários	(473.183)	(390.239)
Complemento auxílio-doença	(47.076)	(113.145)
Seguro de vida em grupo	(526.392)	(452.825)
Vale transporte	(23.753)	(14.036)
Treinamento de pessoal	(6.347.416)	(6.426.744)
Assistência odontológica	(88.453)	(58.049)
Demais auxílios	(1.187.219)	(986.522)
Outras despesas com pessoal	(297.337)	(466.890)
Bolsistas	(11.297.362)	(8.339.603)
Prêmio de desempenho	(3.102.535)	(5.557.951)
	(164.580.618)	**(144.706.840)**

(a) A variação na rubrica de Salários decorre, substancialmente, da combinação dos seguintes fatores: expansão do quadro funcional (novas contratações), movimentações do plano de cargos e salários (progressões e promoções) e o impacto financeiro do reajuste salarial (dissídio/convenção coletiva) aplicado em 2025.

22. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Conectividade nacional (a)	(54.463.856)	(45.963.099)
Convênio de cooperação acadêmica	(8.166.343)	(7.101.961)
Outras despesas	(15.267.581)	(11.568.007)
Serviço de terceirização de mão de obra	(60.582.205)	(60.016.189)
Viagens	(19.113.866)	(15.589.648)
Renovação de licenças	(22.507.671)	(19.122.222)
Conectividade internacional	(3.294.576)	(3.218.581)
Material de informática	(3.298.351)	(1.304.432)
Utilidades e serviços	(1.298.659)	(1.466.646)
Ocupação	(3.643.283)	(2.480.354)
Consultoria jurídica	(1.324.443)	(794.226)
Treinamentos e cursos	(145.658)	-
Serviço de Obra Civil	(6.736.571)	(3.573.336)
Serviços especializados - eventos	(3.536.712)	(2.807.319)
Assessoria Contábil/Custos	(1.401.189)	(961.868)
Serviço de Auditoria	(148.625)	(185.169)
Assessoria de imprensa	(212.358)	(408.518)
Consultoria/assessoria	(29.902.334)	(24.386.040)
Consultoria em projetos	(1.436.003)	(786.527)
Assessoria/consultoria em informática	(115.543.622)	(107.092.778)
Instalação, manutenção e reparo de equipe	(4.649.206)	(2.575.111)
Prestação de serviços pessoa física	(6.581.480)	(5.220.034)
	(363.254.592)	**(316.622.064)**

(a) Em função do aumento do portfólio de projetos houve a necessidade de contração de novos serviços de outsourcing.

23. Despesas tributárias

	31/12/2025	31/12/2024
IR s/ serviços no exterior	(1.617.718)	(2.017.933)
Impostos e taxas	(187.614)	(78.721)
Outros	(2.400.672)	(2.769.307)
	(4.206.004)	**(4.865.961)**

24. Outras receitas (despesas) operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Reversão (provisão) para perdas ativo imobilizado e intangível	(3.062.505)	293.616
Baixas de ativo imobilizado	(724.219)	(28.570)
Variação cambial	686.617	796.887
Reversão de despesa (a)	13.864.848	2.698.496
Outros	4.626.272	65.699
	15.391.013	**3.826.128**

a) Reversão de despesa referente a provisão da despesa do COFINS Judicial realizada em anos anteriores, onde a causa foi ganha em 2025.

25. Resultado financeiro líquido

Receitas Financeiras		
	31/12/2025	**31/12/2024**
Juros sobre aplicações financeiras	91.930.821	69.532.127
Descontos financeiros obtidos	2.707	19
	91.933.528	**69.532.146**
Despesas Financeiras		
	31/12/2025	**31/12/2024**
Variação cambial	(390.428)	(64.715)
IRRF s/ aplicação financeira	(14.606.354)	(12.752.239)
Juros	(64.834)	(150.894)
IOF	(569.436)	(150.748)
Despesas bancárias	(44.005)	(6.433)
Juros e multas passivas	(203.993)	(34.439)
	(15.879.050)	**(13.159.468)**
Resultado Financeiro Líquido	**76.054.478**	**56.372.678**

26. Gestão dos riscos e instrumentos financeiros

Considerações gerais e políticas

A Entidade contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração.

a) Gestão de risco financeiro

A atividade da Entidade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros) e risco de liquidez. A gestão de risco da Entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

a.1) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros das aplicações financeiras da Entidade, têm nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. A Entidade administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de 1° linha.

a.2) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, e capacidade de liquidar posições de mercado.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Entidade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo em condições normais de mercado. Esses instrumentos visam a liquidez, a rentabilidade e a minimização de riscos. Nos exercícios findos 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a Entidade não realizou operações com caráter especulativo, em derivativos ou em quaisquer outros ativos de riscos.

27. Cobertura de seguros (Não Auditado).

Ao final de 2025 diversas apólices possuíram suas vigências encerradas, e novas apólices com as coberturas para o ano de 2026. De modo geral, as apólices estão distribuídas conforme a as disposições abaixo:

Apólice	Vigência		Dias	Valor Total
1001000000506	12/09/2024	12/09/2025	366	R$ 25.000,01
80003223	04/12/2024	04/12/2025	366	R$ 112.050,57
1005100078447	03/12/2024	03/12/2025	366	R$ 5.278,41
100107467128374	20/08/2023	19/08/2026	1096	R$ 14.633,03
01510011912 - 0010000002708	19/11/2025	19/11/2026	366	R$ 6.122,94

Nas apólices foram listados todos os locais de risco cobertos, bem como todos os itens contemplados na proteção com suas respectivas características de identificação tais como número de série, marca, descrição e seu respectivo local de risco conforme especificado na apólice.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Informamos que até a data de emissão destas notas explicativas, não foram identificados eventos subsequentes relevantes que afetem as demonstrações financeiras da empresa no exercício 2025. A RNP mantém um processo contínuo de monitoramento de eventos que possam ter impacto nas suas demonstrações financeiras. Caso sejam identificados eventos subsequentes relevantes após a data de emissão desta nota explicativa, as devidas divulgações serão feitas de acordo com as normas e práticas contábeis aplicáveis.